

## Prólogo II

### Quem precisa de patrões?

*Raquel Varela*  
*Ana Rajado*

No dia 25 de Abril de 1974 um golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), em discórdia com a guerra colonial que durava há treze anos, põe fim à ditadura portuguesa, que tinha durado 48 anos sob a direção de António Salazar e - depois de 1968 - sob a chefia de Marcelo Caetano.

De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe - que insistiam pela rádio para que as pessoas ficassem em casa -, milhares de pessoas saíram de suas casas, sobretudo em Lisboa e Porto, e foi com as pessoas à porta, a gritar «morte ao fascismo», que no Quartel do Carmo, em Lisboa, o Governo foi cercado; as portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se para saírem todos os presos políticos; a PIDE/DGC, a polícia política, foi desmantelada; atacada a sede do jornal do regime A *Época* e a censura abolida.

No dia 28 de Abril, três dias depois do golpe, os moradores do bairro social (pobre) da Boavista, em Lisboa, ocupam casas vagas e recusam-se a sair, apesar de intimados pelos militares e pela polícia; os bancários começam a controlar a saída de capitais dos bancos a partir do dia 29 de Abril e montam piquetes às portas destes; no mesmo dia, os empregados de escritório ocupam o sindicato (os sindicatos estavam limitados na sua liberdade durante a ditadura e as suas direções eram pró-regime) e expulsam a direção; no dia seguinte, vários sindicatos ocupam o Ministério das Corporações e Segurança Social, que passa a chamar-se Ministério do Trabalho; nesse dia, 10 000 estudantes reúnem-se em plenário no Instituto Superior Técnico, a escola superior mais importante do país, de engenharia, e os trabalhadores da construção civil demitem a direção do sindicato e ocupam a sede. Começa a greve na Transul, empresa de

transportes, e é formado o Movimento de Libertação da Mulher (MLM).

A manifestação do 1.º de Maio – que passa ser o Dia do Trabalhador – reúne cerca de meio milhão de pessoas em Lisboa. Medeiros Ferreira cita estudos que apontam para uma centena de manifestações, em que participaram cerca de um milhão de portugueses para ouvirem 200 oradores em todo o País. As ocupações de casas sucedem-se. Nos primeiros quinze dias de Maio há greves, paralisações e alguns casos ocupações em dezenas de fábricas e empresas. Várias manifestações, dirigidas sobretudo pela extrema-esquerda, condenam a guerra colonial (a três, a quatro e a cinco de Maio, entre outras)

Tinha começado a revolução portuguesa, num país da Europa ocidental, a meio da década de 1970, no espaço geoestratégico da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

O império português ruiu tarde, em 1974, depois de ter mobilizado quase dois milhões de trabalhadores forçados (nas minas de África do Sul, plantações de algodão de Angola, entre outras culturas) e uma guerra de treze anos – 1961-1974 - para impedir a Independência dos países africanos Angola, Cabo-verde, Moçambique, Guiné Bissau. Mas a sua estrutura anquilosada levou à ruptura social mais importante da Europa do pós-guerra – foi tão grande a queda quão longa fora a sua duração, de tal forma que nenhum historiador até hoje conseguiu reunir quantas reuniões de trabalhadores houve só na primeira semana que se seguiu ao golpe do MFA porque são centenas, talvez milhares<sup>1</sup>, em todo o País.

Anacrónico, brutal nas colónias, com congelamento da mobilidade social da metrópole que tinha pouco a oferecer aos seus jovens – um milhão e meio de pessoas emigraram do País sobretudo para a Europa central entre 1960 e 1974<sup>2</sup>, o império

---

<sup>1</sup> No levantamento que realizámos com Alejandro Lora e Joana Alcântara, registámos centenas de reuniões na primeira semana que se segue ao golpe, mas é um levantamento centrado nos principais jornais, deixando de fora várias regiões do País e provavelmente centenas ou mesmo milhares de pequenas empresas.

<sup>2</sup> António Barreto, “Mudança Social em Portugal: 1960-2000,” in Portugal

levou o Estado Português até próximo do colapso, militar e financeiro, até que um movimento de capitães deu um golpe militar para pôr fim à guerra, no dia 25 de Abril de 1974. O golpe militar deu-se assim com escassa resistência contabilizando-se no total quatro mortos, alvos dos disparos da polícia política cercada.

A revolução portuguesa, argumentámos noutro trabalho, tem quatro características determinantes que podem ajudar a explicar o alcance da disrupção social, que apesar de se ter dado num pequeno país deu-se já na década de 1970 na Europa, com uma dimensão de controlo operário e disrupção do processo de acumulação inusitados nesta região neste período:

1. É um processo que nasce de uma derrota militar de um Exército regular por movimentos revolucionários guerrilheiros apoiados nos camponeses da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique;
2. Essa derrota combinou-se com a mais grave crise econômica do capitalismo do pós-guerra, iniciada em 1973;
3. É marcada pelo protagonismo do movimento operário;
4. É marcada pelas especificidades desse mesmo movimento operário português, caracterizado pela sua juventude (grande massa de jovens camponeses recém-qualificados que vão do campo para a cidade na década de 1960), desorganização política e sindical e a sua concentração na cintura industrial de Lisboa, capital do país. A não existência de organizações livres e democráticas de trabalhadores, um calcanhar de Aquiles do movimento operário português durante o Estado Novo, foi concomitantemente parte da radicalização da revolução porque a ausência destas organizações na maioria das fábricas e empresas do País determinou a abertura espontânea do espaço para surgirem as comissões de trabalhadores.

A queda do regime deixaria para trás um país europeu,

colonial, com uma estrutura social que combinava uma indústria pujante, uma burguesia que dava os primeiros passos na internacionalização<sup>3</sup> e um povo mantido com baixos salários, ignorância e atraso. Alguém lembrou que Portugal era então uma espécie de “Albânia atlântica” onde:

O divórcio é reprimido, onde há (muitos) livros, filmes e canções proibidas, onde todas as artes são censuradas, onde a comunicação social é amordaçada, onde muitas crianças andam descalças, onde a maior parte da população não dispõe de frigorífico, telefone, televisor ou casa de banho, onde não se pode dizer piadas sobre as autoridades ou criticar o poder, onde não há direito de manifestação ou greve, ou é preciso licença para ter isqueiro ou transístor a pilhas, onde a agricultura se faz com charruas medievais e tração animal, onde o movimento rodoviário se encontra pejado de carroças e carros de bois, onde o pronto-vestir é quase inexistente, onde a Coca-Cola é de contrabando, onde a polícia política exerce a tortura nas prisões, onde não há autoestradas nem [...] eleições”.<sup>4</sup>

Este era também o país onde, na metrópole, 30 por cento da população era analfabeta, não havia sufrágio universal, não havia um sistema de previdência universal e ir ao médico implicava sempre uma relação paternalista e comercial com as misericórdias controladas pela Igreja. Cruz Oliveira, nomeado para a pasta da Saúde logo a seguir ao 25 de Abril, orgulha-se de ter posto fim à dependência dos hospitais em relação às misericórdias e de ter acabado com o negócio das senhas (os familiares tinham de pagar uma senha para ver um doente no hospital) e com o negócio do sangue. “O sangue não se vende nem se compra, dá-se!”<sup>5</sup> Finalmente, mesmo contando países como a Grécia e a Espanha, Portugal ocupava o lugar cimeiro

---

<sup>3</sup> A Lisnave, por exemplo, do poderoso grupo Companhia União Fabril (CUF) é fundada na década de 1960 com capitais portugueses, suecos e holandeses.

<sup>4</sup> Editorial, Revista Visão, Especial 25 de Abril, 15 de abril, 2004, página 1.

<sup>5</sup> Entrevistado pela autora, 24 Fevereiro 2012.

nos mais baixos salários europeus<sup>6</sup>.

O 25 de abril foi por isso a data mais importante do século XX português. Porque pôs fim a este país e inaugurou outro. Esse “outro país” foi a feliz expressão do cineasta Sérgio Tréfaut, que realizou um filme com os originais dos cineastas estrangeiros e fotógrafos da agência Magnum que visitaram Portugal à “procura da revolução” onde os militares tinham barba e andavam nas manifestações.

Esta revolução portuguesa foi marcada pelo protagonismo político de um forte movimento operário e social que atingiu todos os setores da sociedade portuguesa, em particular o movimento operário, mas não só. Para além dos trabalhadores diretamente ligados à produção de valor, e particularmente os operários industriais e assalariados agrícolas, a revolução portuguesa caracterizou-se por conflitos sociais muito radicalizados entre os estudantes, o moderno setor laboral dos serviços, o setor informal, uma ampla participação das mulheres e dos setores intermédios e de base das forças armadas. Novos movimentos sociais – ecologistas, estudantis, feministas – têm também um peso, embora secundário no quadro geral dos conflitos, marcado sobretudo pela preponderância dos sectores de trabalhadores organizados. A conflitualidade social em Portugal em 1974-75 teve também uma amplitude nacional, tendo chegado a todas as cidades do país e aos campos rurais.

Os processos de autogestão – que se distinguem do controlo operário (ver Raquel Varela, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975*), foram uma das marcas essenciais destes conflitos sociais e a oportunidade deste livro, 40 anos depois da revolução, é perfeita. “Quem precisa de patrões?”<sup>7</sup>, perguntava-se em Janeiro de 1975. A pergunta, tão vulgarizada então, teria sido herética nove meses antes. A ideia de que a fábrica ou a empresa pode subsistir pela autogestão dos traba-

<sup>6</sup> António Barreto e Clara Valadas Preto, Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais, (Mirandela: Público, 1996).

<sup>7</sup> Título de uma notícia sobre a situação na Quinta de Comenda Torralta, onde uma exploração agrícola foi intervencionada. *Esquerda Socialista*, n.º 11, 14 de janeiro de 1975, p. 5.

lhadores – e mais tarde, sobretudo a partir de abril de 1975, evoluir noutras empresas para o controlo operário – teria parecido, mesmo aos próprios trabalhadores, e talvez sobretudo a eles, uma impossibilidade antes da revolução.

À porta da fábrica, em julho de 1975, um cartaz diz:

O trabalho não é uma mercadoria, é um direito. Queremos trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Para o capitalista, o operário é uma máquina. Os capitalistas só se interessam pelos operários quando estes dão lucro [...]. Contra a exploração, direito ao trabalho!

As ocupações de empresas e fábricas por trabalhadores surgem de quatro fatores que parecem determinantes:

- 1) A resistência à descapitalização das empresas, com ameaças de despedimentos, no meio da maior crise económica do pós-guerra e de um aumento galopante da taxa de desemprego.
- 2) A ausência de estruturas sólidas representativas dos trabalhadores já com uma hierarquia definida (sindicatos), portanto, a existência de um certo vazio de poder que abriu espaço ao poder das comissões de trabalhadores.
- 3) A limitação do poder repressivo por parte do Estado na defesa da propriedade privada (por crise na direção do Estado e sobretudo no Exército).
- 4) A existência de quadros políticos com programas revolucionários, digamos, um “encontro” da utopia de dirigentes formados no marxismo, na verdade em várias correntes que se reivindicavam marxistas, nos centros académicos, escolas profissionais, etc., com um forte impacto do maio de 68, da revolução cubana e da revolução cultural chinesa, que se encontram com a “história”, isto é com uma situação revolucionária, para a qual estavam teoricamente “preparados” ou pelo menos, para sermos mais realistas, desejosos.

A seguir ao 25 de Abril, entre 1974 e 1978, a realidade das

empresas autogestionárias corresponde a 626 empresas em autogestão e 319 cooperativas (Comissão Coordenadora das Empresas em Autogestão et al., s/d). A autogestão é aprovada também no contexto do pacto social e fica inscrita na Constituição da República Portuguesa (CRP). Mas até 1975 estão registadas cerca de 300 empresas intervencionadas.

Nesta obra os leitores encontrarão um contributo essencial para continuar a construir a história dos processos autogestionários, com uma coletânea de artigos de fundo que as lutas operárias, a autogestão, o ensino, as nacionalizações e a sua relação com as lutas e o cooperativismo. A sua leitura e debate, como olhar sobre o passado para transformar o futuro, são centrais hoje.